

**CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS:
relações de poder e ideologias na educação**

**LE CURRICULUM COMME ESPACE DE DIFFÉRENDS:
relations de pouvoir et idéologies dans l'éducation**

Diego Vinícius Brito dos Santos

Mestrado Acadêmico em Filosofia na UFRN, pelo PPGFil (2022).

Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional, UNINTER (2022).

Licenciatura em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN (2018).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4347574894656811>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9064-0663>

E-mail: diego_svt@hotmail.com.br

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre currículo, poder e ideologias na educação, ressaltando a necessidade de uma abordagem flexível e descentralizada para o desenvolvimento do currículo. Além disso, enfatiza a importância de um currículo alternativo para combater as disparidades sociais. A pesquisa se baseia em uma análise documental e revisão bibliográfica, incorporando as perspectivas de autores como Antonio Gramsci, Chimamanda Adichie, Jessé Souza e Paulo Freire. A metodologia prioriza a análise crítica das contribuições desses autores, visando compreender as dinâmicas curriculares e identificar princípios e práticas que sustentem um currículo mais democrático. A partir da análise crítica das teorias e abordagens desses autores, bem como da avaliação de documentos relacionados a projetos e legislação educacional, conclui-se que a construção curricular deve ser sensível às particularidades locais e dar voz às comunidades historicamente marginalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: currículo; contra hegemonia; ideologia. poder.

RÉSUMÉ

Cette étude examine la relation entre les programmes scolaires, le pouvoir et les idéologies dans l'éducation, soulignant la nécessité d'une approche flexible et décentralisée du développement des programmes scolaires. En outre, il souligne l'importance d'un programme scolaire alternatif pour lutter contre les disparités sociales. La recherche s'appuie sur une analyse documentaire et une revue bibliographique, intégrant les perspectives d'auteurs tels que Antonio Gramsci, Chimamanda Adichie, Jessé Souza et Paulo Freire. La méthodologie donne la priorité à l'analyse critique des contributions de ces auteurs, dans le but de comprendre la dynamique curriculaire et d'identifier les principes et les pratiques qui soutiennent un curriculum plus démocratique. Sur la base de l'analyse critique des théories et des approches de ces auteurs, ainsi que de l'évaluation de documents liés aux projets éducatifs et à la législation, il est conclu que la construction des programmes doit être sensible aux particularités locales et donner une voix aux communautés historiquement marginalisées.

MOTS-CLÉS: programme d'études; contre-hégémonie; idéologie; pouvoir.

Introdução

O currículo escolar desempenha um papel fundamental na prática educacional, delineando o corpus, a pedagogia e os objetivos didáticos nas instituições de ensino. No entanto, é crucial reconhecer que o currículo não é uma entidade autônoma, mas antes encontra-se profundamente arraigado no contexto sociopolítico e cultural da sociedade, refletindo e sendo influenciado por ideologias e estruturas de poder preponderantes. O presente artigo tem como desiderato analisar com acuidade a interação entre currículo, poder e ideologias no domínio educacional, explorando a forma como as decisões tomadas durante o processo de construção curricular podem corroborar ou subverter estruturas de poder desiguais.

A relação entre currículo, poder e ideologias ostenta relevância substantiva por várias razões. Em primazia, a compreensão de como o poder se manifesta na gênese curricular faculta uma análise e inquirição das estruturas de dominação. O currículo pode inadvertidamente contribuir para a perpetuação de desigualdades sociais, favorecendo determinados paradigmas cognitivos e perspectivas em detrimento de outros. Investigar essa interseção nos possibilita elucidar como o currículo pode acirrar as disparidades e incidir sobre a equidade no contexto educacional.

Ademais, é imperativo ponderar as consequências dessa relação para os estudantes e professores, pois as experiências educacionais são condicionadas pelo currículo, e distintos grupos socioculturais podem sofrer impactos diferenciados. A compreensão de como as ideologias são disseminadas através do currículo é de premente importância para promover práticas pedagógicas inclusivas, equitativas e socialmente justas.

Nesse contexto, o desígnio preponderante desta pesquisa consiste em examinar com perspicácia a interconexão entre currículo, poder e ideologias na formatação curricular, perscrutando de que maneira as deliberações realizadas nesse processo refletem e perpetuam determinadas ideologias e relações de poder. A questão central dessa averiguação reside em indagar como as relações de poder e ideologias se desvelam na confecção curricular e quais são as ramificações desse fenômeno no âmbito educativo. Ao se debruçar sobre essa indagação, a pesquisa visa identificar de que maneira as relações de poder influenciam a seleção de conteúdos, abordagens pedagógicas e estratégias didáticas nos currículos, bem como os seus efeitos na perpetuação de desigualdades socioculturais e silenciamentos.

CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS: relações de poder e ideologias na educação

Em um contexto em que a celebração da diversidade e o enfrentamento de preconceitos configuram imperativos inarredáveis, a relação entre currículo, poder e ideologias assume relevância para a transformação social e política da sociedade. A investigação desse entrelaçamento se torna crucial para compreender de que forma as estruturas de poder e ideologias dominantes moldam o currículo e afetam a formação dos educandos. Assim, este estudo almeja contribuir para fomentar um ambiente educacional inclusivo, equitativo e emancipatório, que respeite a diversidade cultural, étnica e as identidades plurais dos estudantes. Ao evidenciar as dinâmicas de poder presentes no currículo, esta pesquisa oferece subsídios para a formulação de políticas educacionais sensíveis, voltadas à erradicação de preconceitos e à edificação de uma sociedade mais equânime e justa.

No que tange à metodologia desta pesquisa, adotou-se uma abordagem documental como pilar central da investigação. Em vez de empreender experimentos ou coletar dados de maneira direta, a pesquisa se concentrou na análise de documentos e registros escritos já existentes. Com o fito de ampliar a compreensão acerca de como o currículo educacional é modelado e influenciado, realizou-se uma revisão bibliográfica abrangente, abarcando as obras e teorias de autores de renome, a exemplo de Antonio Gramsci, Chimamanda Adichie, Jessé Souza e Paulo Freire. Adicionalmente, por meio de uma revisão narrativa da literatura, procedeu-se à análise de documentos correlatos à educação, englobando o Projeto Escola Sem Partido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei nº 13.415/2017, que repercutiu sobre a organização do ensino médio. Essa abordagem permitiu estabelecer conexões entre as concepções desses autores e com políticas educacionais, identificando princípios e práticas basilares passíveis de contribuir para a edificação de um currículo mais equitativo, diversificado e inclusivo.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, investigar-se-ão as múltiplas facetas por meio das quais as relações de poder se materializam na construção curricular. Abordar-se-ão aspectos como a seleção de conteúdos, abordagens pedagógicas e estratégias de ensino, com vistas a discernir como determinadas perspectivas e conhecimentos são privilegiados, em contraposição à marginalização de outras. Posteriormente, proceder-se-á à análise das ideologias imbricadas no currículo e seu impacto na esfera educativa. Nesse compasso, serão analisadas as bases filosóficas e políticas que fundamentam a seleção e organização dos conteúdos curriculares, com o desiderato de compreender de que forma essas ideologias incidem sobre a transmissão de conhecimentos, a formação de identidades e o desenvolvimento dos discentes. Por fim, vislumbrar-se-á a viabilidade de um currículo que desafie paradigmas vigentes, apontando para

a mitigação da perpetuação de desigualdades socioculturais, bem como para a edificação de cidadãos dotados de discernimento crítico e consciência social.

Narrativas, poder e silenciamento no currículo

Para iniciar esta pesquisa, com o objetivo de investigar as diversas manifestações das relações de poder na construção curricular, é crucial abordar a influência do poder na criação das narrativas presentes nos livros didáticos. Esses materiais são amplamente considerados como guias para os estudantes navegarem e compreenderem o conhecimento historicamente construído pela humanidade. Surge, então, a indagação: quem foi responsável pela elaboração desses livros? Quais critérios foram adotados? Quais narrativas foram selecionadas para compor o conjunto de conhecimentos sobre nossa história? E, igualmente importante, quais narrativas foram excluídas dessa seleção? Essas inquietações são de extrema importância, uma vez que nos permitem compreender como o poder atua de forma sistemática na produção e disseminação de uma ideologia seletiva direcionada aos estudantes em fase de formação.

Para Michael Apple (1993, p. 222, tradução livre),

Educação está profundamente envolvida na política da cultura. O currículo nunca é apenas uma montagem neutra de conhecimento, que de alguma forma aparece nos textos e salas de aula de uma nação. Ele sempre faz parte de uma tradição seletiva, uma seleção de alguém, uma visão de conhecimento legítimo de algum grupo. Ele é produzido a partir dos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo.

Neste sentido, é fundamental refletir sobre como determinados grupos ou instituições detentoras do poder têm o poder e a legitimidade de moldar o currículo escolar e escolher quais narrativas serão privilegiadas, muitas vezes silenciando e invisibilizando outras perspectivas e histórias. Esse processo de seleção e exclusão de narrativas contribui para a perpetuação de desigualdades e a manutenção de uma visão hegemônica, reforçando ideias preconceituosas e excludentes. Ao problematizar essa dinâmica, abrimos espaço para uma educação mais inclusiva, que valoriza a diversidade de narrativas e promove uma formação crítica e plural para os estudantes.

Sobre essa questão, Chimamanda Adichie chama a nossa atenção para o perigo de uma história única, ou, em paralelo com a temática em questão, o perigo de uma narrativa curricular única. Em seu livro “O perigo de uma história única”, resultante de uma de suas palestras, Adichie (2019) aborda a importância de questionar e desafiar as narrativas estereotipadas e unilaterais que são contadas acerca de certos grupos, culturas e povos. A autora destaca os danos causados por uma visão limitada e simplista da realidade, ressaltando a necessidade de valorizar a diversidade de

CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS: relações de poder e ideologias na educação

histórias e perspectivas como forma de alcançar uma compreensão mais completa e justa do mundo. Adichie nos convida a questionar a hegemonia das narrativas dominantes, reconhecer as vozes marginalizadas e buscar uma multiplicidade de relatos que enriqueçam nossa visão de mundo. Pode-se observar, visivelmente, esse perigo trazido pela autora na perpetuação de estereótipos por parte das corporações institucionais responsáveis pela produção de livros didáticos. Ao longo dos anos, os livros didáticos têm sido utilizados como ferramentas de poder, reproduzindo visões hegemônicas e velando as diversas narrativas de grupos e comunidades que foram excluídas por não deterem o poder para expor suas próprias histórias em face às narrativas oficiais e propagadas como inquestionáveis.

Um exemplo notório é a forma estereotipada com que os indígenas, negros e outros grupos étnicos foram retratados nos livros didáticos. Essas representações reforçaram estereótipos discriminatórios e invisibilizaram as ricas culturas, conhecimentos e contribuições desses grupos para a história do Brasil. Essa escolha seletiva das narrativas históricas reflete o poder detido pelas corporações na construção das visões de mundo transmitidas aos estudantes, perpetuando desigualdades e preconceitos (SILVA, 2014; LAMAS; BRAGA; MAYRINK, 2016; SANTOS, 2013; CARNEIRO DA CUNHA, 1992; ROCHA, 1984). Outro caso emblemático é a narrativa da “descoberta harmoniosa” do Brasil. Essa versão romantizada da história minimiza os conflitos, as violências, opressões e os impactos negativos da colonização, em prol de uma narrativa que preserva a boa imagem dos colonizadores (IGLÉSIAS, 1992). Essa manipulação da história oculta a complexidade dos eventos e silencia as vozes das populações indígenas e africanas que sofreram duras consequências no processo de colonização.

Esses exemplos ilustram como os detentores do poder, na produção dos livros didáticos, têm o poder de construir narrativas que refletem suas visões e interesses. Ao privilegiarem determinadas perspectivas e ocultarem outras, perpetuam desigualdades e silenciam vozes marginalizadas (OLIVEIRA, 2017; SOUZA, 2014). A construção das narrativas nos livros didáticos é uma manifestação das relações de poder na sociedade, em que aqueles que detêm o poder têm o privilégio de definir qual história será contada e como será contada (ADICHIE, 2019). Essa reflexão sobre a relação entre poder e a construção das narrativas nos livros didáticos evidencia a importância de questionar e desconstruir esses padrões. É necessário promover uma educação crítica e inclusiva, que valorize a diversidade de narrativas, dando voz às histórias que foram silenciadas. Somente assim poderemos romper com os estereótipos e

construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as vozes sejam ouvidas, aceitas e respeitadas.

A seguir, exploraremos de que maneira os embates ideológicos e políticos exercem influência na elaboração dos currículos educacionais, destacando a importância do poder como um elemento determinante na construção das narrativas oficiais que selecionam e excluem outras perspectivas de compreensão da história e dos conhecimentos construídos socialmente. Nesse contexto, utilizaremos as contribuições de autores que abordam essa temática, fornecendo insights valiosos para a compreensão dessa relação complexa entre ideologia, poder e currículo educacional.

Ideologia, educação e currículo: uma relação de poder

A influência de ideologias na educação e formação dos estudantes é um tema de grande complexidade. Para compreendermos melhor esse impacto, é necessário explorar tanto obras teóricas que abordam a relação entre ideologia e educação, como também os documentos oficiais que organizam e estruturam o sistema educacional no Brasil no tempo presente.

Dentre as obras que fornecem subsídios para essa discussão, destaca-se “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire. Nela, Freire (2018) argumenta que a educação não é um processo neutro, mas sim um espaço permeado por ideologias que refletem as relações de poder presentes na sociedade. Ele enfatiza que a educação pode ser tanto libertadora quanto opressora, dependendo da ideologia que a permeia. Ao considerar o contexto brasileiro, é possível perceber como a ideologia dominante influencia a estrutura e construção curricular, as práticas pedagógicas e os conteúdos, muitas vezes perpetuando desigualdades e reproduzindo visões hegemônicas.

Outro autor relevante para compreender as relações de poder é Karl Marx, cuja obra “O Capital” analisa as estruturas sociais e econômicas que moldam a sociedade e suas relações de exploração. Marx (2017) destaca como o sistema capitalista influencia a educação, transformando-a em um instrumento de reprodução das relações de produção e de manutenção das desigualdades. Sua análise enfatiza a necessidade de uma educação que transcenda a lógica do mercado e promova uma espécie de “desalienação”.

Emile Durkheim, por sua vez, aborda a importância da educação na construção da coesão social em sua obra “Educação e Sociologia”. Durkheim (2003) destaca como a escola desempenha um papel fundamental na socialização dos indivíduos e na transmissão dos valores e normas da sociedade. Nessa perspectiva, a construção curricular é uma forma de perpetuar a

CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS: relações de poder e ideologias na educação

ordem social estabelecida, reproduzindo os valores dominantes e moldando os indivíduos de acordo com as demandas da sociedade.

Jessé Souza, em sua obra “A Elite do Atraso”, analisa como as elites brasileiras influenciam a construção curricular e perpetuam suas posições de poder. Souza (2017) destaca como as elites dominantes utilizam a educação como uma forma de preservar seus privilégios e controlar o acesso ao conhecimento, excluindo grupos sociais e perpetuando desigualdades estruturais. Sobre isso, também destacamos a obra “A Ralé Brasileira”, onde Jessé Souza traz reflexões sobre as estruturas sociais e as desigualdades presentes na sociedade brasileira. No contexto educacional do Brasil, é possível perceber como a educação possui um papel fundamental na construção e manutenção da chamada ralé brasileira. Essa ralé é uma expressão utilizada por Souza (2009) para se referir à parcela da população que vive em condições precárias, com baixo acesso a recursos e oportunidades, e que se encontra em situação de vulnerabilidade. Essa condição não é apenas resultado de fatores econômicos, mas também de um conjunto de relações de poder que se manifestam na esfera educacional.

A educação, em teoria, deveria ser uma ferramenta de promoção social e igualdade de oportunidades. No entanto, a realidade brasileira revela que a educação tem sido utilizada como um mecanismo de reprodução das desigualdades. A falta de investimentos, a precariedade das escolas, a formação deficiente dos professores, e entre outros fatores, contribuem para a reprodução e manutenção da ralé brasileira. Neste sentido, um dos pontos centrais abordados por Jessé Souza em sua obra é a ideia de que a educação, muitas vezes, é estruturada de forma a manter a desigualdade social, perpetuando as condições desfavoráveis vivenciadas pela ralé. O acesso à educação de qualidade é restrito para os mais pobres, enquanto as elites têm acesso a escolas de excelência e a recursos educacionais privilegiados.

Além disso, a própria estrutura curricular e os conteúdos refletem a visão de mundo e os interesses da classe dominante. O currículo oficial muitas vezes não valoriza a diversidade cultural e social do país, negligenciando as realidades e vivências dos grupos marginalizados. Nesse contexto, a educação acaba por reforçar estereótipos e preconceitos, reproduzindo discursos que culpabilizam os indivíduos pela sua própria situação de exclusão. Essa ideologia dominante, presente no sistema educacional, legitima as desigualdades e dificulta a transformação social. Esse aspecto da educação já estava presente na obra “A Reprodução”, escrita por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron em 1970, que traz uma análise sobre a relação entre poder, currículo e educação, lançando luz sobre os mecanismos pelos quais as desigualdades sociais são reproduzidas.

De acordo com Bourdieu e Passeron (1970), a educação desempenha um papel fundamental na reprodução das estruturas de poder. O currículo escolar, os métodos de ensino, as práticas pedagógicas e até mesmo a forma como o conhecimento é avaliado são moldados pelas ideologias e interesses de classe, reforçando as desigualdades sociais e as hierarquias existentes. Uma das principais contribuições de Bourdieu e Passeron é a noção de violência simbólica, que se manifesta nas relações de poder presentes na educação. Através dessa violência simbólica, os grupos dominantes impõem suas visões de mundo, seus valores e seu modelo epistêmico como sendo os únicos legítimos e importantes, desvalorizando e marginalizando outras formas e modelos de saberes e culturas (BOURDIEU; PASSERON, 1970).

O currículo escolar, nesse contexto, torna-se uma ferramenta de reprodução das desigualdades sociais, ao legitimar certos conhecimentos em detrimento de outros. Determinados saberes e disciplinas são valorizados e considerados essenciais, enquanto outros são negligenciados ou até mesmo excluídos. Essa seleção curricular reflete as relações de poder estabelecidas na sociedade e perpetua a estratificação social.

Para Moreira e Silva (1995, p. 7-8),

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Além disso, Bourdieu e Passeron destacam que o acesso à educação não é igual para todos. As oportunidades educacionais são distribuídas de forma desigual, de acordo com o capital cultural, econômico e social dos indivíduos. As classes dominantes têm mais recursos e influência para garantir o acesso a uma educação de qualidade, enquanto os grupos marginalizados são relegados a instituições precárias e recebem uma educação deficiente. Neste sentido, essa disparidade no acesso e na qualidade da educação contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, visto que as classes dominantes e mais abastardas sempre terão maior probabilidade de obter uma educação que desenvolva suas habilidades cognitivas, críticas e socioemocionais, preparando-as para o sucesso acadêmico e profissional. Por outro lado, os grupos marginalizados sempre enfrentarão obstáculos para superar essas desvantagens educacionais, que limitam suas perspectivas futuras e perpetuam os ciclos de pobreza, da miséria e marginalização.

As obras desses autores proporcionam um entendimento sobre como as relações de poder se manifestam na construção curricular e na perpetuação do status quo, evidenciando a necessidade de

CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS: relações de poder e ideologias na educação

uma reflexão crítica acerca da essência do currículo. Ao explorar as nuances dessas perspectivas teóricas, é possível compreender as influências ideológicas, sociais e econômicas que moldam os currículos e impactam diretamente a educação dos estudantes.

Contudo, essa relação também pode ser analisada mediante uma reflexão sobre alguns acontecimentos no cenário educacional e político dos últimos anos. Um exemplo notável é o projeto Escola sem Partido, que ganhou destaque no debate educacional. Essa proposta visava combater o que alguns grupos consideram como doutrinação ideológica nas escolas, buscando promover a neutralidade política e ideológica no ambiente educacional (OLIVEIRA; STORTO; LANZA, 2019). No entanto, percebeu-se que tal projeto poderia restringir a liberdade de expressão dos professores e limitar a pluralidade de ideias e debates no ambiente escolar, visto que

As proposições da ESP e as perspectivas disseminadas pela organização são frequentemente vistas por seus opositores como tentativas de cerceamento e censura da liberdade de expressão na prática docente, o que na realidade não estaria assegurando uma pluralidade de ideias como supõe o projeto de Lei nº 867 de 2015. Ao contrário, operariam em favor da despolitização dos conteúdos curriculares, enviesando os mesmos em favor das desigualdades, das hegemonias já consolidadas e das injustiças social e historicamente construídas (OLIVEIRA; STORTO; LANZA, 2019, p. 475).

A relação entre a ideologia dominante e o projeto Escola sem Partido também pode ser compreendido à luz das contribuições teóricas de Antonio Gramsci, um dos principais pensadores marxistas do século XX. Gramsci (2007) desenvolveu o conceito de hegemonia, que se refere à dominação de uma classe sobre as demais não apenas por meio da coerção, mas também pela conquista de corações e mentes, estabelecendo uma hegemonia cultural e ideológica. Para ele, a classe dominante utiliza suas instituições, a exemplo da escola, para disseminar sua visão de mundo, consolidando sua hegemonia. Assim, o projeto Escola sem Partido pode ser visto como uma expressão contemporânea dessa estratégia de manutenção do status quo.

Em sua essência e idealização, o projeto Escola sem Partido propõe restrições à liberdade de expressão e à autonomia dos professores, sob o pretexto de evitar supostas doutrinações ideológicas e concepções político-partidárias em sala de aula. Ao defender a neutralidade política e ideológica, o projeto se baseia em uma concepção excludente de educação, que ignora o fato de que todas as práticas educativas são permeadas por ideologias, incluindo aquelas que se apresentam como neutras, visto que,

Apesar da autoafirmação de um apartidarismo político e da pretensa neutralidade do ensino que embasaria as pautas da ESP, é possível identificar com facilidade, congruências político-ideológicas entre seus membros, que se opõem contundentemente aos posicionamentos políticos de esquerda e à abordagem de certos temas pontuais: política contemporânea, diversidade religiosa, educação sexual e estudos de gênero, direitos humanos, cultura e história afro-brasileira, ditadura militar brasileira (1964-1985), entre outros (OLIVEIRA; STORTO; LANZA, 2019, p. 475).

A obra de Gramsci pode ser referenciada para enriquecer ainda mais essa análise. Em seu livro “Cadernos do Cárcere”, Gramsci (2007) aborda a relação entre escola, educação e ideologia, destacando que a educação não é apenas transmissão de conhecimento, mas também uma forma de reproduzir valores, visões de mundo e estruturas de poder. Ele ressalta a importância da escola como uma arena de lutas ideológicas, em que diferentes agentes, grupos e classes sociais buscam promover seus interesses. Dessa forma, ao analisar o projeto Escola sem Partido à luz das contribuições de Gramsci, é possível compreender como a ideologia dominante busca estabelecer e manter sua hegemonia, controlando e restringindo o ensino de temas controversos, como questões de gênero, sexualidade, diversidade cultural e política. Ao fazer isso, o projeto nega a possibilidade de uma educação crítica, plural e emancipatória, que estimule e crie um pensamento reflexivo, fundamento de uma formação cidadã.

Outro acontecimento importante, que retrata a relação entre ideologia e currículo, foi a implementação do novo ensino médio, por meio da Lei nº 13.415/2017. Essa reforma trouxe mudanças no currículo, como a flexibilização das disciplinas e a ênfase na formação técnica-profissionalizante. Esse movimento foi influenciado por diferentes ideologias, como o neoliberalismo que visa adequar a formação dos estudantes às demandas do mercado. A relação entre a respectiva Lei e o neoliberalismo pode ser compreendida a partir das análises de Roberto Bianchetti em sua obra “Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais”.

O pensamento neoliberal preconiza a redução do papel do Estado na garantia de direitos sociais e o favorecimento do livre mercado como regulador das relações sociais. Nesse contexto, a educação é vista como um serviço passível de mercantilização, em que a lógica do capital prevalece sobre os princípios de igualdade e justiça social. A reforma do Ensino Médio, ao se alinhar com esses princípios, reflete a influência do neoliberalismo nas políticas educacionais. Em sua obra, Bianchetti (2000) analisa como o modelo neoliberal tem impactado as políticas educacionais em diversos países, incluindo o Brasil. Ele destaca que o neoliberalismo promove a privatização da educação, a desregulamentação das relações de trabalho dos profissionais da educação e a ênfase na formação voltada para o mercado de

CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS: relações de poder e ideologias na educação

trabalho em detrimento de uma formação cidadã e crítica. No caso específico da Lei nº 13.415/2017, podemos observar como ela reflete os princípios neoliberais ao introduzir mudanças no currículo do Ensino Médio que privilegiam a formação técnico-profissional em detrimento das disciplinas humanísticas, como filosofia, sociologia, artes, entre outras.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também é um elemento importante nessa discussão, pois esse documento oficial busca estabelecer as diretrizes curriculares para todas as etapas da educação básica no Brasil. Durante sua elaboração, debates acalorados sobre quais conteúdos, habilidades e competências seriam privilegiados e quais não foram travados por diversos atores e grupos sociais. Assim, diferentes setores sociais, com visões ideológicas distintas, estiveram envolvidos no processo de definição dos parâmetros e normas curriculares, refletindo diferentes perspectivas sobre o papel da educação na formação intelectual dos estudantes.

A BNCC é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, visando garantir uma espécie de formação comum em todo o país. No entanto, é importante considerar que a imposição vertical de uma base curricular única para toda a diversidade de realidades sociais e políticas do país pode representar um perigo para a educação e para a valorização da diversidade, pois, estabelecer uma única visão de mundo e uma formação comum a todos os estudantes brasileiros, pode comprometer a riqueza epistemológica e a pluralidade cultural do país.

A elaboração de uma BNCC centralizada reflete o exercício do poder por parte das instâncias governamentais e dos órgãos responsáveis pela definição das políticas educacionais. Ao impor uma base curricular comum, há o risco de se perpetuar visões e valores hegemônicos, desconsiderando as diferentes realidades e contextos socioeconômicos, culturais e políticos existentes no país. A diversidade é um aspecto fundamental na construção de uma educação democrática. Cada região, comunidade e grupo possui suas particularidades, histórias, demandas e especificidades. Ao negligenciar esses elementos e impor currículo único, corre-se o risco de silenciar vozes e conhecimentos que não são relevantes e significativos para a classe que detém o poder. É nesse sentido que é fundamental que a construção do currículo seja um processo participativo, que envolva a diversidade de atores sociais, incluindo educadores, estudantes, famílias e comunidades, levando em consideração suas experiências, saberes e demandas. A construção de um currículo deveria ser perpetuada em uma abordagem

descentralizada e flexível, que respeitasse as particularidades locais e regionais, permitindo uma educação mais inclusiva, contextualizada e significativa.

A seguir, tentaremos explorar e expor a possibilidade da construção de um currículo contra-hegemônico, balizado na assertiva e necessidade de uma interrupção da reprodução de desigualdades sociais, econômicas e culturais, bem como para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Currículo, poder e o espaço de disputas

Nesta seção, nos propusemos a apontar a importância de uma abordagem descentralizada na construção do currículo, que respeite as particularidades locais e regionais, promovendo assim uma educação inclusiva e contextualizada. A possibilidade da construção de um currículo contra-hegemônico, deve visar interromper a reprodução de desigualdades sociais e culturais, ao mesmo tempo em que busque formar cidadãos críticos. A partir das contribuições de Brito, Silva e Barros (2022), entendemos que é central que a elaboração de um currículo contra-hegemônico deva partir dos sujeitos historicamente silenciados e reconhecer a importância de seus discursos na luta pela hegemonia, buscando construir práticas que desloquem entendimentos, assumindo o papel emancipatório da educação e valorizando o papel multiplicador dos docentes e das práticas pedagógicas.

Como afirmado, a idealização do currículo desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos e na reprodução de valores sociais. No entanto, a abordagem tradicional na elaboração do currículo frequentemente negligencia a pluralidade de realidades das comunidades locais, contribuindo para a perpetuação de desigualdades sociais, regionais e culturais. Porém, seria a proposta de um currículo contra-hegemônico, que desafiasse as narrativas oficiais, interrompesse a reprodução de desigualdades e tornasse os estudantes cidadãos críticos, uma possibilidade?

Para pensar essa questão, deve-se partir da assertiva de que a construção de um currículo contra-hegemônico exige uma abordagem descentralizada e flexível, que considere as particularidades locais e regionais dos estudantes, pois é essencial que o currículo seja sensível à diversidade de contextos e às necessidades dos estudantes. Nesse sentido, pode-se abordar a questão por dois ângulos, um que promova um processo contra-hegemônico e uma abordagem que valorize e inclua a diversidade étnica e social em processos que atuem para reconstruir o currículo.

CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS: relações de poder e ideologias na educação

Para Gramsci (2007), a hegemonia não é um estado estático, mas sim resultado de um processo ativo de construção e manutenção. Portanto, o currículo, por mais enviesado que seja, pode sofrer alterações estruturais. A possibilidade de se construir um currículo contra-hegemônico, que se contrapõe às narrativas dominantes, implica em uma mudança nos processos de construção de consenso e na disputa pela liderança intelectual na sociedade. Gramsci propõe que os grupos subalternos desenvolvam uma consciência crítica de sua posição social e busquem organizar-se e articular suas demandas e interesses em um projeto sócio coletivo de transformação estrutural. Essa transformação ocorreria não apenas nas esferas políticas e econômicas, mas também nas instituições educacionais, onde a contra-hegemonia poderia desafiar os modelos tradicionais de conhecimento e formação, promovendo uma educação mais crítica e emancipatória.

A luta do movimento negro por mudanças no currículo educacional é um exemplo marcante de como a disputa de poder se manifesta no campo da educação. Durante décadas, o movimento negro tem lutado para combater a invisibilidade e a marginalização da história, cultura e contribuições afrodescendentes nos currículos. No Brasil, a implementação da Lei nº 10.639/2003 foi uma conquista significativa desse movimento. Essa lei tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio. A partir dessa legislação, houve certo reconhecimento da importância de incluir no currículo básico temas como a história da África, a resistência negra no Brasil, as contribuições dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, a luta contra o racismo e a valorização da cultura afro-brasileira, entre outros temas.

Além disso, a Lei nº 11.645/2008 ampliou a abrangência do ensino de história e cultura nas escolas, incluindo o ensino das culturas indígenas. Com essa lei, busca-se valorizar, reconhecer e respeitar a diversidade étnico-racial e cultural presentes na sociedade brasileira, contribuindo para a construção de uma educação plural e democrática. Essas conquistas são resultado de mobilizações e pressões por parte do movimento negro, que denunciou a ausência e a distorção da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, e reivindicou a importância de uma educação comprometida com a igualdade racial e o combate ao racismo estrutural.

A disputa pelo poder se evidencia nesse contexto, pois a implementação dessas leis enfrentou resistências de setores conservadores, que buscaram manter o status quo e a reprodução de desigualdades. A luta do movimento negro, portanto, foi fundamental para romper com

discursos e práticas que silenciavam a história e a cultura afro-brasileira. Contudo, é importante ressaltar que a disputa de poder não se encerra com a promulgação dessas leis, mas se estende para a sua efetiva implementação nos currículos. É por isso que, segundo o estudo de Oliveira e Nascimento (2021, p. 139), os...

...grupos do movimento negro colocam-se em estado de permanente engajamento para que a lei não se transforme em letra morta em nosso sistema jurídico, garantindo que seja executada nos sistemas de ensino.

Assim, o movimento negro exige a inclusão dos conteúdos propostos pelas leis e a formação adequada dos educadores para abordar essas temáticas.

A disputa de poder no movimento negro em relação ao currículo evidencia a importância de uma educação que promova a diversidade, a igualdade racial e as contribuições de diferentes grupos sociais. Ao reconhecer a importância das vozes historicamente silenciadas e reivindicar a inclusão de suas histórias e culturas nos currículos, o movimento negro busca promover uma educação mais justa, emancipadora e transformadora. É nesse sentido que a construção e idealização de um currículo contra-hegemônico deve ocorrer em espaços onde o poder seja disputado. Essa disputa pelo poder ocorre de diversas formas dentro do sistema educacional, seja no âmbito das instituições de ensino, nos órgãos e setores de gestão e formulação de políticas, nas esferas políticas mais amplas, ou nos movimentos sociais politicamente organizados. Para promover mudanças significativas no sistema educacional, é necessário buscar espaços de poder que permitam influenciar e moldar as políticas e práticas educacionais.

Uma forma de participação na disputa de poder é por meio do envolvimento em organizações e movimentos sociais que defendem uma visão crítica e transformadora da educação. Esses grupos se organizam para pressionar os detentores de poder, buscando influenciar a agenda política e educacional. Além disso, a ocupação de cargos-chave dentro do sistema educacional, como diretores de escolas, coordenadores e gestores pedagógicos, entre outros, também pode ser uma estratégia para promover mudanças. Através dessas posições, é possível implementar práticas inovadoras, fomentar a participação da comunidade escolar, promover a inclusão e diversidade, e direcionar recursos para áreas prioritárias.

No entanto, é importante ressaltar que a disputa de poder não ocorre de forma isolada, mas dentro de um contexto mais amplo de relações de poder e interesses políticos. É necessário articular esforços coletivos, estabelecer alianças com outros atores sociais e buscar ampliar o apoio popular em prol das mudanças desejadas. A promoção de mudanças no currículo requer uma abordagem estratégica e de longo prazo. É preciso investir na formação e capacitação de

CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS: relações de poder e ideologias na educação

educadores, na produção de conhecimento crítico, na articulação com outras áreas do conhecimento e na mobilização social para enfrentar resistências e construir consensos.

Em suma, a análise da disputa de poder no contexto educacional, como exemplificado pelo movimento negro, evidencia a importância de compreender o poder não como algo a ser combatido, mas sim como uma ferramenta a ser conquistada para promover transformações na sociedade e na mentalidade comum. Nesse sentido, seguindo a perspectiva de Gramsci, torna-se fundamental a organização e a disputa pela hegemonia, buscando não apenas ocupar cargos e espaços no sistema educacional, mas também propor uma agenda crítica e emancipatória que promova a diversidade, a igualdade e a justiça social. Somente assim poderemos construir um currículo mais inclusivo, contextualizado e significativo, capaz de romper com as desigualdades sociais e culturais e formar cidadãos críticos e conscientes, prontos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Conclusão

Este estudo explorou a relação entre currículo, poder e ideologias, buscando compreender como as dinâmicas de poder influenciam a construção curricular e perpetuam desigualdades. Ao longo do texto, discutimos a influência das ideologias dominantes na seleção e organização dos conhecimentos, evidenciando como determinadas visões e narrativas de mundo são privilegiadas em detrimento de outras. Destacamos a importância de um currículo mais descentralizado e flexível, que respeite as particularidades locais e regionais, promovendo uma educação inclusiva, contextualizada e significativa para a transformação da sociedade.

As contribuições desta pesquisa são diversas. Primeiramente, destacamos a necessidade de uma reflexão sobre o poder e suas implicações na construção curricular, visando interromper a reprodução de desigualdades e promover uma educação plural e emancipatória. Além disso, ressaltamos a importância de considerar os sujeitos historicamente silenciados e marginalizados na elaboração de um currículo contra-hegemônico, reconhecendo a diversidade de saberes e narrativas.

Em suma, este estudo demonstrou a necessidade de repensar o currículo como um espaço de disputas e evidenciou a importância de promover uma educação que contemple a diversidade, permitindo que os mais diversos agentes e grupos sociais desenvolvam uma visão crítica e consciente sobre a sua própria realidade. Ao considerar a relação entre poder, currículo e ideologias, podemos direcionar nossos esforços para a construção de um currículo justo,

transformador e balizado na assertiva de que: se o povo é múltiplo, diverso e plural, o currículo também deve ser.

Referências

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2009.
- APPLE, M. The Politics of Official Knowledge: Does a National Curriculum Make Sense? In: **Teachers College Record**, v. 95, n. 2, p. 222-241, 1993. Disponível em: <https://web.stanford.edu/class/educ232b/Apple.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.
- BRITO, L. L.; SILVA, L. R.; BARROS, R. T. Currículo contra-hegemônico na EPT e suas relações com a centralidade do trabalho. **Revista Vértices**, v. 24, n. 2, p. 470–480, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p470-480>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manoela (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, SM/S.P.: FAPESP, 1992.
- DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere (Vol. 1 ao 5)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- IGLÉSIAS, F. Encontro de duas culturas: América e Europa. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 14, pp. 3-20, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000100003>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- LAMAS, F. G.; BRAGA, G.; MAYRINK, N. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. **Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, v. 2, p. 124-139, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/viewFile/14973/17808>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- LIVEIRA, R. S.; NASCIMENTO, L. A. “Pedagogia do evento”: o dia da consciência negra no contexto escolar. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 135-158, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/cra.v22i1.74239>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS: relações de poder e ideologias na educação

- MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política - Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- OLIVEIRA, A. C. R.; STORTO, L. J.; LANZA, F. A educação básica brasileira em disputa: doutrinação versus neutralidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 3, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p468>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- OLIVEIRA, R. M. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 68, p. 215-237, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226802>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- ROCHA, E. O índio didático: Notas para o estudo de representações. In: ROCHA, E. P. G.; MAGALHÃES, R. (Orgs.). **Testemunha ocular**: Textos de Antropologia Social do Cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 13-43.
- SANTOS, W. O. Espaços de negros e brancos em livros didáticos de Geografia do estado do Paraná, Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 873-892, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132013000400015>. Acesso em: 24 jun. 23.
- SILVA, P. R. A (IN)VISIBILIDADE INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh - Rio: Saberes e práticas científicas**. Rio de Janeiro, 2014, p. 1-15. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400212166_ARQUIVO_PhabioRocha.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.
- SOUZA, J. **A Elite do Atraso**: Da Escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- _____. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, S. S. **O livro didático e as influências ideológicas das imagens**: por uma educação que contemple a diversidade social e cultural. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Sociedade e Culturas) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.